

Medida amarga

16 OUT 2002

CORREIO BRAZILIENSE

Pressionado pela crise de confiança que se abateu sobre o país desde a deflagração do processo eleitoral, o Banco Central elevou a taxa de juro básica da economia de 18% para 21% ao ano. A decisão, tomada em reunião extraordinária do Comitê de Política Monetária (Copom), tem como principal objetivo combater o aumento generalizado de preços verificado desde julho, quando se acentuou a escalada do dólar frente ao real. A forte valorização de 66% acumulada pela moeda americana diante do real neste ano é apontada como a principal responsável pela elevação da inflação.

Especialmente nos últimos dois meses, as planilhas dos economistas e dos técnicos do governo mostram que os preços de toda a economia estão sendo contaminados pelas turbulências no mercado de câmbio. Os reajustes, que antes se concentravam na tarifas de energia, de telefone e nos preços dos combustíveis, alcançaram produtos e serviços cujos custos de produção nenhuma ligação têm com o mercado externo e muito menos com a alta do dólar. E castigam especialmente os artigos produzidos com insumos estrangeiros,

como o pão e os eletroeletrônicos. Foi justamente a volta do ímpeto remarcador em todos os setores que obrigou o governo a agir e tomar uma decisão extremamente impopular às vésperas do segundo turno das eleições.

Juro alto é como veneno para qualquer economia. Mas é especialmente letal em países como o Brasil, onde a maioria da população depende de crédito para comprar. Com os financiamentos caros, o consumidor se retrai, o comércio pára de vender e a indústria não precisa produzir. Sem produção, o país não cresce, o desemprego aumenta e a renda da população cai, realimentando um ciclo nocivo de estagnação econômica.

Apesar de todos os efeitos negativos, a calibragem dos juros nesse momento de turbulências foi uma medida necessária para o país preservar a melhor herança que o presidente Fernando Henrique Cardoso deixará ao seu sucessor: a estabilidade dos preços. Mas tão fundamental quanto o compromisso com a manutenção da inflação baixa, este governo e o que tomará posse em 1º de janeiro de 2003 precisam se comprometer com o crescimento do país. E um melhor desempenho da economia depende, entre outros fatores, da redução dos juros no curto prazo.